



O PERCURSO HISTÓRICO DAS ONGS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Aline Maria Batista Machado
alinemelo23@yahoo.com.br
Agência Financiadora: CNPq
(UFPB)

Resumo

O presente artigo é parte de nossa tese de doutorado, defendida em 2009 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. A partir de uma perspectiva teórica marxista, tem como objetivo central apresentar a trajetória histórica das Organizações Não Governamentais – ONGs brasileiras, dando ênfase aquelas que seguem uma perspectiva progressista e são identificadas como Cidadãs, especificamente, as que atuam no âmbito da educação popular, no sentido apontar alguns desafios acerca do que elas vêm denominando de “participação cidadã”. Para tanto, levamos em conta os contextos históricos em que essas organizações emergem na América Latina, se desenvolvem e se expandem no Brasil, bem como suas contradições, limites e possibilidades no interior do sistema capitalista.

Palavras-chave: ONGS. Educação Popular. Participação cidadã.

Introdução

Diante das diferenciadas organizações que se reconhecem enquanto ONGs no Brasil e no mundo, tornou-se difícil para os autores da área estabelecer um conceito amplo o suficiente para englobar essas diversas organizações. Não há um consenso acerca de uma definição. Não obstante, no que diz respeito ao aspecto jurídico, as organizações não-governamentais são identificadas como associações ou fundações, que regem-se por estatutos registrados em cartório de registro civil de pessoa jurídica.

No Brasil, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, fundada em 1991, apresenta no art. 2º do seu estatuto a seguinte definição para as ONGs:

[...] são consideradas Organizações Não-Governamentais – ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos (cf. <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em 16/11/2008).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Além desse e de outros conceitos que surgem para definir as organizações não-governamentais, destacamos o que foi formulado pela Comissão Sobre Governança Global (1996), por ser um pouco mais abrangente.

As ONGs constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam ao interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formaram redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar seu impacto. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 192).

A abrangência do conceito acima citado se dá por dois motivos centrais, primeiro porque reconhece a heterogeneidade das ONGs – outro grande desafio na hora de analisá-las – e, segundo, porque não as generaliza como sendo não lucrativas, não governamentais e não assistencialistas.

A heterogeneidade das ONGs levou Gohn (2000) a identificar quatro tipos de organizações não-governamentais atuando no Brasil: as *caritativas*, as *desenvolvimentistas*, as *ambientalistas* e as *cidadãs*, interpretadas pela autora como a modernidade da participação social na América Latina. Entretanto, ela destaca que essas ONGs “não trabalham na linha da militância e da politização da sociedade civil, como os movimentos sociais. Apenas uma parcela das ONGs cidadãs evocam o mundo da política, da participação, ao contrário das [...] assistencialistas” (GOHN, 2000, p. 59).

Daí chamarmos atenção para as chamadas “ONGs cidadãs”, que, conforme a autora, nascem e crescem referidas ao campo das associações e dos movimentos sociais, o que demarca seu papel como agente de democratização, característica peculiar no Brasil e em alguns outros países da América Latina. Voltadas para reivindicação dos direitos de cidadania, atuam no espaço urbano construindo redes de solidariedade, promovendo ou participando de programas e serviços sociais básicos e emergenciais, atuando junto a minorias discriminadas. Essas ONGs, em particular, têm uma grande atuação junto aos canais de comunicação e reivindicam políticas públicas, fornecendo subsídios para sua elaboração, fiscalizando-as ou fazendo denúncias quando ocorrem violações ou omissões.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Contudo, ao contrário dessas ONGs que nascem junto aos movimentos sociais, Montaño (2002) chama a atenção para as chamadas associações livres, incentivadas ou criadas pelo conservadorismo liberal, ou seja, determinadas instituições livremente construídas por grupos formais, que são mais do que uma forma de ampliar os poderes populares dos oprimidos e explorados, pois são uma forma de conter as insatisfações destes e pulverizar a participação e lutas sociais, retirando, com isso, o caráter revolucionário e classista destas e transformando-as em atividades por interesses específicos de pequenos grupos. Assim, se por um lado existem ONGs voltadas ao conservadorismo e à manutenção do *status quo*, que se integram aos processos de regulação social prestando serviços assistencialistas, por outro, também há ONGs que valorizam as lutas populares e os mecanismos de participação política de populações locais.

O objetivo central deste artigo é apresentar a trajetória histórica das Organizações Não Governamentais – ONGs brasileiras, dando ênfase aquelas que seguem uma perspectiva progressista e são identificadas como Cidadãs e mais especificamente as que atuam no âmbito da educação popular, no sentido de apontar alguns desafios acerca do que elas vêm denominando de “participação cidadã”. Para tanto, levamos em conta os contextos históricos em que essas organizações emergem na América Latina, se desenvolvem e se expandem no Brasil, bem como suas contradições, limites e possibilidades no interior do sistema capitalista.

Trajетória histórica das ONGs no Brasil

A expressão ONG (Organização Não-Governamental), segundo Landim (1993) e Gohn (2000), foi criada pela Organização das Nações Unidas – ONU, na década de 1940, para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento de comunidade. Essa perspectiva de desenvolvimento de comunidade surge na América Latina como parte de uma estratégia mais ampla do sistema capitalista, que buscava a superação da pobreza, do atraso e subdesenvolvimento do chamado “Terceiro Mundo”. Trata-se do “Nacional Desenvolvimentismo” (1930-1964), cujas políticas desenvolvimentistas eram propugnadas por





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

organismos internacionais como: ONU, OEA, CEPAL, BID, FMI, visando o progresso e a modernização da sociedade, sobretudo pela via do crescimento econômico.

Segundo Wanderley (1998), na perspectiva desenvolvimentista desenvolver-se significava atingir o modelo das sociedades desenvolvidas ou sociedades modernas e crescimento econômico estava fundamentalmente relacionado à aceleração da industrialização que, por sua vez, eliminaria o atraso e a pobreza. Apontava-se para a possibilidade de mudanças estruturais e por isso uma das metas era mobilizar vários grupos da sociedade para se organizarem em defesa das reformas de base, agrária, urbana, tributária, entre outras. Mas essa estratégia de desenvolvimento também se devia ao temor do comunismo, pois, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o cenário internacional vivia o que ficou conhecido como Guerra Fria, uma fase da história em que se contrapunham dois blocos de países, os capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e os socialistas, liderados pela União Soviética.

Em vista disso, para o sistema capitalista era imprescindível que os países mais desenvolvidos contribuíssem com o avanço dos denominados países subdesenvolvidos. No âmbito social, uma das estratégias era financiar ações comunitárias e incentivar movimentos de promoção social nos países do chamado “Terceiro Mundo”. Para tanto, as agências de cooperação internacional, originárias de países dos Estados Unidos e de parte da Europa,

[...] necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanhar a sua execução e prestar contas. Necessitavam de contrapartes com personalidade jurídica, um mínimo de estrutura administrativa e uma afinidade de propósitos. Não tinham como chegar direta e regularmente aos movimentos sociais, pois estes, justamente, careciam de estabilidade institucional. E assim surgiram as ONGs latino-americanas, num jogo de reforços mútuos, como parceiras de cooperação internacional no apoio às ações comunitárias e aos movimentos de promoção social (FERNANDES, 1994, p. 80).

O termo ONG foi, assim, importado das agências de financiamento (ONGs de 1º mundo) que, inicialmente, as denominava de ONGDs (Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento); mas, para os latino-americanos tornaram-se conhecidas como “Centros Populares” e só posteriormente é que o universo dessas organizações se ampliou na América Latina, adotando-se a expressão ONG.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Ocorre que, ao revisitar essa conjuntura, Fernandes (1987) explica que o Nacional Desenvolvimentismo foi uma forma de desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido para a América Latina que, embora tenha elevado a economia e feito avançar a industrialização e a urbanização, levando os países latino-americanos a saltarem da periferia para semi-periferia do capitalismo mundial, fez com que o processo de modernização desses países permanecesse na condição de dependência externa, sobretudo por não ter promovido um processo de industrialização orgânico, uma autonomização do Estado nacional em relação ao poder dos países mais desenvolvidos e uma independência da sociedade civil. Aliás, as contradições advindas dessa conjuntura geraram “aumento da inflação, arrocho salarial, movimentos reivindicatórios da classe operária por melhores condições de trabalho e salários” (Wanderley, 1998, p. 23), entre outras coisas.

Diante desse contexto, as Organizações Não-Governamentais continuaram a surgir na América Latina buscando contribuir com o desenvolvimento do sistema capitalista por meio do abrandamento das questões sociais advindas deste mesmo sistema. Com isso, apaziguavam-se os conflitos sociais e evitavam-se as manifestações e possíveis avanços no sentido de um modelo alternativo de sociedade, o socialismo.

De um total de 4.327 ONGs latinas analisadas por Fernandes (1994), 32% emergem nessa conjuntura desenvolvimentista (desse percentual 17% tem raízes entre as décadas de 1950 e 1960 e 15% distribuem-se de maneira regular pelas décadas anteriores) e os restantes 68% aparecem depois de 1975.

No Brasil, as ONGs são um fenômeno mais recente, “nascem calcadas no modelo norte-americano e dentro de circuitos de cooperação global” (NAVES, 2005, p. 570). Embora as entidades assistenciais ou filantrópicas presentes entre os anos de 1960 e 1970 não se autodenominassem ONGs, Landim (1993) afirma que muitas delas foram se autodenominando organização não-governamental a partir da década seguinte. Conforme a autora, ainda que o termo ONG tenha se popularizado entre as próprias organizações nos anos de 1980, muitas ONGs brasileiras já existiam nas décadas de 1960 e 1970. Elas apenas não tinham um nome que as reconhecesse conjuntamente, o que faz com que autores como Gohn (2000) afirmem que as





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

ONGs brasileiras só nascem nos anos de 1980. Quando, de fato, o que ocorre nesse período é a adoção do termo que lhes conferem uma identidade.

As ONGs pioneiras deste país surgem, então, no contexto da ditadura militar, período em que já vigorava uma nova estratégia de desenvolvimento latino-americana, a “Autoritária Modernizante” (1964-1978), a qual dava continuidade ao crescimento econômico advindo do Nacional Desenvolvimentismo, mas gerava uma profunda repressão política e cultural, excluindo as classes populares e até mesmo as tradicionais autoridades religiosas, como as da Igreja Católica, “fora dos círculos mais íntimos do poder” (FERNANDES, 1994, p. 36). Não por acaso, várias das ONGs que emergem após os anos de 1970 possuíam, não só financiamentos internacionais, mas também, “o apoio de alas progressistas da Igreja Católica, que reviu suas posições quanto à organização da população para participar de movimentos e mobilizações conscientizadoras” (GOHN, 2000, p. 12). Esse apoio ocorre, sobretudo, a partir do movimento inspirado pela Teologia da Libertação¹ e da criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

A finalidade da repressão imposta pelos militares com o golpe que instalou o regime ditatorial no Brasil, a partir de 1964, era, nos termos de Netto (2002, p. 16), de uma “contra-revolução preventiva”. Ou seja, “adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro [...] de internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista” (Ibidem) e frear os mais variados movimentos sociais que se posicionavam em defesa de um modelo alternativo de sociedade.

No período ditatorial os movimentos sociais foram violentamente reprimidos, pois expressavam um novo modelo de ação social pautado na luta pela mudança do regime político brasileiro e no desejo de construir uma sociedade mais democrática e justa, isto é, com mais liberdade política e igualdade social. Sob o peso das pressões, prisões, torturas e homicídios, as reivindicações dos sujeitos políticos dos movimentos sociais voltados à hegemonia dos setores

¹ A *Teologia da Libertação* nasceu na década de 1970 e, segundo Mondin (1980, p. 25), significa “um movimento teológico que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar esta práxis mais autenticamente libertadora”. A libertação a que se refere é a libertação dos oprimidos e por isso a corrente marxista foi tomada como instrumental predominante. Não obstante, a fé em Deus permaneceu o sentido último da teologia.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

populares representavam uma ameaça ao sistema capitalista. Por isso tais movimentos tiveram um papel significativo nesse cenário de turbulências, assim como as ONGs que os apoiavam ou assessoravam.

No que diz respeito a essas ONGs que atuavam com serviços, assessorias ou apoio aos movimentos populares, Landim (1993) afirma que elas eram mais conhecidas como Centros Populares. A existência dessas organizações revela que nem todas as ONGs nascem com a intenção de contribuir com o desenvolvimento comunitário, a fim de fazer avançar os países subdesenvolvidos do sistema capitalista, mas sim com o intuito de oporem-se as injustiças sociais decorrentes daquela conjuntura.

Quanto às ONGs mais comprometidas com a orientação cristã ou a promoção social dentro de um viés de modernização da sociedade capitalista, ao contrário daquelas articuladas aos movimentos sociais, tinham sim a intenção de contribuir com o desenvolvimento comunitário, a fim de fazer avançar os países subdesenvolvidos do sistema capitalista, seja amenizando os problemas sociais a partir de uma perspectiva assistencialista e altruísta, seja prestando serviços de utilidade pública.

Após as fases turbulentas de repressão às oposições, da reorganização econômica que culminaram com o Ato Institucional número 5 – AI-5, de dezembro de 1968 e do aparecimento das primeiras ONGs brasileiras, o regime parecia estabilizado como sistema político. Conforme Kucinski (2001), após 1974 o país era dirigido por uma nova classe de tecnocratas civis e militares, que comandavam não apenas o aparelho do Estado, mas também as gigantescas empresas estatais. A ditadura se sustentava numa aliança de três grupos de interesses bem definidos, chamados de tripé econômico: os empresários nacionais, os empresários estrangeiros e o Estado, os quais promoveram o crescimento acelerado, característico do “milagre” econômico.

No entanto, embora a ditadura militar parecesse estabilizada, a partir de 1978 os militares se vêem pressionados a promover uma abertura democrática e em 1985 a ditadura encontra seu fim, o qual, segundo Kucinski (2001), é marcado pelas origens da proposta de abertura política, pelo colapso do “milagre econômico” (sobretudo devido à crise do preço do petróleo), crise institucional e militar, luta em defesa da democracia, campanha de anistia, greves do ABC, surgimento do novo sindicalismo e o movimento pelas eleições diretas para presidente.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A redemocratização do Brasil vem acompanhada da expansão de uma nova estratégia de desenvolvimento do capitalismo para América Latina, o “Neoliberalismo”.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o chamado “discurso único” propôs o fim da utopia socialista e, assim, dos embates ideológicos (o “fim da história”), com a hegemonia absoluta do mercado, entendido como entidade quase metafísica. Trata-se de uma retomada da concepção inaugurada por Adam Smith, na Inglaterra, no séc. XIII. Nessa visão, o “mercado” das trocas financeiras e comerciais é visto como harmonizador ou catalisador “automático” de todos os interesses dos indivíduos, o lócus principal da conciliação do conjunto de interesses individuais. Porque Adam Smith preconizava a não regulamentação do mercado, foi chamado de “liberal”. Daí a retomada de seus princípios ser conhecida como “neoliberalismo” (NAVES, 2005, p. 565).

Petras (1999, p. 44) assinala que o ponto de partida para o desenvolvimento das ONGs ocorre quando “os setores mais perceptíveis das classes dirigentes neoliberais perceberam que suas políticas estavam polarizando a sociedade e provocando um descontentamento social de grandes proporções”. Em decorrência, assevera que no início da década de 1980 os políticos neoliberais começaram a financiar e promover uma estratégia paralela nos Estados Unidos, Europa e América Latina, a partir de organizações “comunitárias de base” (“*grass roots*”), com uma ideologia antiestatal para intervir nas classes potencialmente conflitantes.

O autor enfatiza que as limitações dessas organizações já eram evidentes naquela época, tendo em vista que ao mesmo tempo em que atacavam as violações dos direitos humanos, praticadas pelas ditaduras locais, raramente denunciavam os seus patrocinadores norte-americanos e europeus que as financiavam e aconselhavam. Não havia esforço sério para ligar as políticas econômicas neoliberais às violações dos direitos humanos, pois os patrocinadores limitavam a esfera da crítica e das ações das ONGs em prol dos direitos humanos.

Conforme Gohn (2000), ao longo dos anos de 1980, com a transição democrática, os movimentos foram mudando as posturas combativas e passaram a ser interlocutores privilegiados com o Estado.

Fatores externos, como a queda do muro de Berlim, em 1989, que representou o fim do chamado “Socialismo Real”, agravaram a crise dos movimentos sociais e isso implicou mudanças nos rumos de determinados movimentos e ONGs, que, de modo geral, redefiniram a direção dos seus projetos éticos-políticos por deixarem de acreditar num modelo de sociedade alternativo ao





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

capitalismo. Nos anos de 1990 os movimentos e as ONGs progressistas que sobreviveram à sua crise interna começaram a querer participar das políticas públicas, criando uma nova forma de participação, a pública não-estatal.

Diante desse contexto, Petras (1999), Gohn (2000) e Montaño (2002), afirmam que a diminuição dos movimentos sociais foi proporcional ao crescimento de redes de organizações não-governamentais voltadas para o trabalho em parceria com as populações pobres ou fora do mercado formal de trabalho. De tal modo que, no início dos anos de 1980, muitas ONGs disputavam diretamente com os movimentos sociopolíticos o engajamento e a fidelidade dos líderes locais e das comunidades militantes. Nos locais em que havia movimentos organizados, o novo paradigma de ação social gerou redes de poder social local, compostas pelos líderes dos antigos movimentos, que passaram a atuar como assalariados num campo de trabalho pouco preocupado com as questões ideológicas ou políticas partidárias e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos projetos, pois disso dependia a sua continuidade e, portanto, os empregos dos líderes comunitários.

Em alusão aos locais em que não havia movimentos organizados, Gohn (2000) esclarece que os novos programas sociais de parceria se implantam não como direitos, mas como prestação de serviços, ocorrendo, muitas vezes, uma despolíticação do conteúdo político da questão; portanto, “retrocedendo à problemática da cidadania de seus termos coletivos para antigos patamares da cidadania individual” (GOHN, 2000, p. 37). Em outras palavras, “a contestação do discurso hegemônico começou a se dar no âmbito dos direitos humanos universais, a luta social perdeu o enfoque capital-trabalho” (NAVES, 2005, p.570).

Segundo Lyra (2005), as mudanças conjunturais fizeram com que as organizações não-governamentais redefinissem seus discursos a partir de uma certa “conversão” de valores, uma vez que passam da ideia de revolução dos anos de 1960 para a ideia de democracia nos anos de 1980. Muitas, a exemplo das que ela pesquisou na região metropolitana da cidade do Recife – PE,

[...] possuem em comum a elaboração de uma crença na autonomia do indivíduo para transformação social. Assim, a visão de empowerment (empoderamento) é compartilhada: “levantar-se puxando os cordões dos próprios sapatos” e/ou “cada ser em si possui o dom de ser capaz e ser feliz” (...) A ideia de autonomia, de empowerment do indivíduo pode ser compreendida nesse contexto, em que





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

são produzidas fantasias mobilizadoras que permitem o funcionamento das instituições, o ir “tocando em frente”. (LYRA, 2005, p. 142 e 144).

Diante de várias matrizes de pensamento e da ação dessas ONGs, a autora apresenta uma visão crítica acerca dos discursos das organizações que produzem o que ela define de fantasias mobilizadoras, onde há o fortalecimento do indivíduo. “O que significa quebrar com a tradição marxista do coletivo (classe, partido). O ator coletivo é importante, mas há um resgate da individualidade”. (Idem, p. 117).

Assim, as ONGs se afirmam e se popularizam de maneira mais densa “a partir da década de 1980 e ganham importância mundial no decênio seguinte, sobretudo após a Eco-92” (MATOS, 2005, p. 23). De acordo com Wendhausen (2003), esse foi um megaevento que ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1992 e contou com a realização do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, ocupando expressivos espaços na mídia, o que revelou a complexidade e diversidade do universo das ONGs. Coincidência ou não, esse megaevento ocorre no mesmo período em que a política neoliberal começa a ganhar terreno no nosso país.

As ONGs e a educação popular

Com a crise do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) europeu e norte-americano e a derrocada do chamado “Socialismo Real”, a proposta neoliberal de um Estado mínimo avançou mundialmente como um “processo de construção hegemônica, isto é, como uma estratégia de poder” (GENTILI, 1996 p. 09) atual do capitalismo.

Ao analisar a atuação conjunta entre Estado e sociedade civil, seus projetos políticos compartilhados, complementaridades e parcerias, Dagnino (2002) vai destacar as relações entre Estado e ONGs como exemplares do que chama de “confluência perversa”, posto que, apesar de possuírem projetos políticos distintos, essas organizações apresentam uma “complementaridade instrumental” ao Estado, que busca nessas relações a implementação do ajuste neoliberal, o qual exige o encolhimento das suas responsabilidades sociais. Trata-se de uma “confluência perversa entre o projeto participatório, construído ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto de Estado mínimo que isenta progressivamente seu papel de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

garantidor de direitos” (DAGNINO, 2002, p. 153). Para a autora, a perversidade reside no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.

Uma outra preocupação destacada por Dagnino (2002) é o crescente abandono, por parte das ONGs, de vínculos orgânicos com os movimentos sociais que as caracterizavam em períodos anteriores, pois essa autonomização política as revela mais submissas aos seus órgãos financiadoras, entre os quais se encontra o próprio Estado, tornando-as meras prestadoras de serviços.

Porém, nem todas as ONGs estão desarticuladas dos movimentos sociais, algumas, ainda que não se posicionem mais contra o sistema capitalista, se mantém na luta contra sua estratégia de desenvolvimento neoliberal. Essas organizações, em particular, não buscam substituir as ações estatais no âmbito social, mas sim cobrar do Estado a concretização de políticas públicas. Por isso não se deve generalizar as visões acerca das ONGs, como se todas representassem simplesmente a “face da comunidade do neoliberalismo”, como aponta Petras (1999, p. 45).

Não se pode homogenizar as ações de tais organizações, como se não existisse nenhuma que realizasse práticas compatíveis com um perfil progressista, a exemplo de determinadas ONGs que desde a sua origem seguem prestando assessoria aos movimentos sociais por meio da educação popular, pois essas, em especial, ainda que apresentem uma certa funcionalidade ao sistema capitalista (já que, como todas as organizações não-governamentais, assumem determinadas responsabilidades sociais do Estado), também promovem ações críticas e até mesmo opostas ao neoliberalismo. Daí o caráter contraditório. Elas não são simplesmente isso ou aquilo, isto é, não são “motores de transformação” ou a “face do neoliberalismo”: são a unidade dos opostos.

Nesse sentido, ao tomarmos a atuação das ONGs como contraditória, buscamos uma análise mais dialética. Para tanto, nos ancoramos em Montaño (2002) ao destacar a importância da articulação entre as ONGs e os movimentos sociais, a fim de que se revitalizem as lutas e reivindicações sociais e não a dependência ou “parceria” com os governos neoliberais. A visão do autor imprime um diferencial significativo, uma vez que, ao apontar o restabelecimento da articulação entre as ONGs e os movimentos sociais, nos permite destacar aquelas que nascem





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

apoiando ou assessorando os movimentos sociais por meio da Educação Popular na perspectiva freireana, visto que passam a interferir diretamente nas opiniões e visões de mundo dos sujeitos sociais que recebem seus serviços, reproduzindo uma educação crítica, problematizadora, que segue na perspectiva emancipatória.

É a partir dos movimentos educativos voltados à hegemonia dos setores populares do início dos anos de 1960 que nasce, no país, a educação popular sistematizada por Paulo Freire, o qual a define como a que,

[...] posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um *nadar contra a correnteza*. É exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição e classe e, ao mesmo tempo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. [...] É a que não considera suficiente mudar apenas as relações entre educadora e educandos, amaciando essas relações, mas, ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias [...] critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo (FREIRE, 2007, p. 103-105).

Diante disso, é preciso que se esclareça que as ONGs identificadas como cidadãs ou progressistas no âmbito da educação popular tem contribuído bastante com o estímulo a mobilização popular e “participação cidadã” e, inclusive, alcançado conquistas no âmbito de políticas públicas locais. Mas, a nosso ver, essa participação apresenta alguns limites que podem e devem ser ultrapassados, que é exatamente a luta por mudanças pontuais e não estruturais, não se busca lutar contra as raízes dos problemas sociais, o sistema capitalista, e sim, contra a estratégia atual desse sistema, o neoliberalismo, o que as coloca numa posição reformista e não transformadora.

Lutar por políticas públicas locais é muito importante para a classe trabalhadora, porém, isso não atinge as bases do sistema que produz a desigualdade social. Até porque as políticas sociais, embora tenham surgido a partir das pressões dos trabalhadores, elas nascem dentro do sistema capitalista como estratégia da classe dominante para conter as lutas de classes.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

De modo geral, como não cabe as ONGs agir de forma universalista frente às variadas expressões da questão social e sim ao Estado, elas criaram uma estratégia de ação específica, dão respostas locais a pressões globais. Mas, de acordo com Oliveira (2004), essa forma de agir afeta muito pouco o poder das empresas, das instituições supranacionais e das instituições estatais. Não obstante, são contribuições importantes, posto que é preciso contestar sempre, criar novos campos de contestação e inventar novas organizações.

Ao analisarmos duas ONGs identificadas como cidadãs no estado da Paraíba (o Serviço de Educação Popular - SEDUP e a Associação Santos Dias), constatamos que de fato objetivam seguir numa perspectiva progressista, suas práticas educativas buscam, por meio da metodologia da educação popular, conciliar a formação educativa e a capacitação técnica para geração de renda ao processo de conscientização política. Com isso, essas organizações têm contribuído com a formação de uma cultura popular cidadã, isto é, uma formação direcionada a organização comunitária, a participação popular, ao desenvolvimento sustentável local, ao controle social e até mesmo a consciência crítica de seus usuários, visto que estes tanto passaram a refletir sobre os problemas sociais locais como a exigir do poder público a garantia de direitos sociais. Entretanto, tal cobrança se restringe ao poder público local e não a organização da vida social como um todo.

Apesar das trajetórias históricas compatíveis com um perfil progressista e do intuito de “trabalhar na perspectiva da libertação”, o processo de conscientização das práticas de educação popular desenvolvidas nessas organizações não desvela a razão de ser da realidade estrutural e sim da local. Em vista disso, suas práticas educativas contribuem com o desenvolvimento da “consciência da práxis” (forma crítica de abordagem do mundo que leva a autoconsciência da prática transformadora). Porém, esta limita-se a “consciência comunitária” (o descobrir-se enquanto comunidade) e não a “consciência de classe” (o descobrir-se enquanto sujeito social de uma classe subalterna, que vive em condições de exploração e dominação na sociedade capitalista). De modo que as perspectivas e práticas dessas ONGs, assim como suas conquistas, embora importantes, restringem-se as mudanças das condições locais, pontuais, não se estendem aos processos de transformação social da sociedade capitalista.

Conforme Gadotti (2004), para a classe trabalhadora a consciência de classe tem um sentido metodológico, cujo objetivo é a conquista de uma sociedade em que haja o domínio dos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

interesses dos trabalhadores sobre o capital, isto é, a transformação do sistema social. “Como essa transformação não se dará espontaneamente, a classe trabalhadora e sobretudo as camadas mais oprimidas da população necessitam adquirir um grau cada vez mais elaborado de consciência da opressão” (GADOTTI, 2004, p. 188).

O fato é que, embora reconheçamos que a consciência comunitária decorra da consciência crítica, é preciso lembrar que a “consciência crítica não é ainda a consciência de classe” (Ibidem). Sendo assim, entendemos que a prática educativa voltada à consciência comunitária contribui para o avanço da cidadania numa sociedade de classes, mas é insuficiente para promover uma direção cultural e ideológica que contribua de forma efetiva com a hegemonia das classes subalternas.

Conforme Gadotti (2004), para assumir a direção e hegemonia da sociedade, a classe trabalhadora precisa munir-se de maturidade para superar os efeitos devastadores do sistema capitalista sobre sua consciência de classe. E nisso a educação pode dar uma grande contribuição. Até porque, comungamos com Gramsci (2004, p. 15) ao afirmar que “todo grupo social [...] cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”.

No que se refere aos desafios das ONGs, instabilidade financeira, imediatismo e descontinuidade das ações, necessidade de reconhecimento social de suas ações no campo da educação popular, adesão de novos seguidores e atendimento das demandas do público alvo, consideramos que o maior deles reside em realizar uma educação popular efetivamente crítica, visto que, enquanto para alguns dos educadores ela deve ser repensada e ajustada a atual conjuntura outros nem mesmo sabem o que ela significa.

Cabe ressaltar que a curta durabilidade dos projetos sociais das ONGs e sua instabilidade financeira expõe não só o imediatismo como a descontinuidade das ações dessas entidades, duas grandes fragilidades na hora de colaborar com a hegemonia das classes subalternas por meio da educação popular, já que o processo de conscientização na perspectiva freireana não se dá de forma instantânea e descontínua.





Diante desses resultados, analisados à luz de um referencial teórico crítico, chegamos a conclusão de que apesar das ações das ONGs estudadas serem importantes para mudanças pontuais e, em alguns momentos, fundamentais para a organização classista, não são suficientes para desencadear mudanças de dimensão nacional, menos ainda a transformação social de que se trata aqui. O que nos leva a afirmar que, ainda que as ONGs apresentem aspectos históricos e teórico-metodológicos compatíveis com um perfil progressista no âmbito da educação popular, suas práticas são insuficientes para contribuir com a hegemonia das classes subalternas. Isto porque uma educação popular crítica e emancipatória, que busca contribuir com o processo de conscientização voltado à libertação da opressão, não é apenas a que busca desvelar a realidade local objetivando mudanças focalizadas, mas a que, além disso, também procura desvelar a realidade estrutural para contribuir com a transformação social, ou seja, a transformação do próprio sistema capitalista, visto que nele não é possível a hegemonia das classes subalternas.

Considerações Finais

De modo geral, há duas perspectivas de análise sobre as ONGs: a **primeira** é a que as considera motores de transformação social e, por isso, delega a essas organizações parte das responsabilidades pelas soluções das variadas expressões da “questão social”, como uma nova forma de contribuir com a transformação da realidade social, a **segunda** é a que as toma como a face do neoliberalismo, delegando a elas uma identidade homogênea, como se todas, sem exceção, buscassem apenas assumir ou complementar as responsabilidades do Estado no âmbito social, como parte de uma estratégia mais ampla do capital frente à “questão social”.

Na realidade, as duas perspectivas de análise: a que toma as ONGs como motores de transformação social e a que as consideram a face do neoliberalismo, desconsideram a heterogeneidade das organizações não-governamentais. Ambas perdem de vista o movimento contraditório das organizações, sobretudo daquelas que nascem em meio aos movimentos sociais e, ainda hoje, continuam apoiando ou assessorando tais movimentos, pois essas ONGs, em particular, ainda que apresentem uma certa funcionalidade ao capitalismo (já que, como todas as organizações não-governamentais, também assumem determinadas responsabilidades sociais do





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Estado), contraditoriamente, também promovem ações críticas e até mesmo opostas ao neoliberalismo.

Nesse sentido, ao tomarmos a atuação das ONGs como contraditória, apontamos uma possibilidade de análise mais dialética, que consegue perceber as diferenciações entre essas organizações (as progressistas e as conservadoras), as contribuições e os limites de ambas. E entre aquelas que atuam de forma progressista por meio da educação popular percebemos os limites (instabilidade financeira, ações pontuais, imediatismo e descontinuidade das ações) e as possibilidades (estímulo a mobilização popular/ “participação cidadã” e conquistas sociais). E dentro dessas possibilidades, os desafios que existem (conscientização comunitária – participação local – mudança pontual), mas que podem e devem ser ultrapassados (consciência de classe – participação política – transformação social). Enfim, cabe a nós, educadores (as), apoiar as ONGs Cidadãs ou Progressistas, mas, contribuir criticamente no sentido de esclarecer que para um efetivo desvelamento da realidade local é preciso considerar que esta está inserido no contexto da totalidade social. Em vista disso, considerar, também, que as mudanças locais conquistadas pela “participação cidadã” são importantes sim, mas, para essa participação de fato conquistar a cidadania, os sujeitos históricos desse movimento precisam compreender que os processos de transformação social passam não somente pela mudança local, mas, sobretudo, pela estrutural, pois o que buscamos é um Projeto Societário efetivamente emancipatório.

Referências

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa comunidade global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DAGNINO, Evelina. Democracia, teoria e prática: a participação da sociedade civil. In: PERISSINOTTO, R. e FUKS, M. (orgs.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Política e educação**. 8 ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz T. (orgs.). *Escola S.A: quem ganha e quem perde o mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996.

3501





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. *Pedagogia da práxis*. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2004.

GOHN, Maria da G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 2, 3 ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1993.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. (Repensando a história). São Paulo: Contexto, 2001.

LYRA, Carla. *Ação política e autonomia: a cooperação não-governamental para o desenvolvimento*. São Paulo: Annablume, 2005.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

MONDIN, B. *Os teólogos da libertação*. São Paulo: Paulinas, 1980.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. (orgs.). *História da cidadania*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Por quê política? In: *Fórum da Sociedade Civil na Unctad (Agenda pós-neoliberal: fazendo possível um outro mundo)*. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.ibase.br/modules.php?name=conteudoepid=1079> [26/10/2007].

PETRAS, J. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Coleção sociedade e ambiente nº 3. Tradução de Ana Maria R. Naumann [et al.]. Blumenau: FURB, 1999.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WENDHAUSEN, Henrique. *Comunicação e mediação das ONGs: uma leitura a partir do canal comunitário de Porto Alegre*. (Coleção Comunicação 26) Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

